Documento de consulta da Comissão Europeia sobre a futura Estratégia 2020

Resposta da EAPN

Introdução – Falta de uma visão nova: uma União Europeia Social e sustentável

No dia 24 de Novembro a Comissão Europeia publicou o documento de trabalho "Consulta sobre a futura estratégia 2020" que desenha a partir da Estratégia de Lisboa, uma nova visão para o período 2010-2020. Este documento de trabalho baseia-se nas directrizes da nova Comissão elaboradas pelo Presidente Durão Barroso em Outubro de 2009. As propostas e debates levaram-nos a acreditar que a nova União 2020 nos oferecia uma nova visão, mas isso não se veio a efectivar-se.

O documento apresentado é uma Estratégia de Crescimento e Emprego mais verde, mas carece do reconhecimento das debilidades do modelo actual no cumprimento da redução da pobreza ou da desigualdade ou de um debate sobre os desafios reais que devem ser enfrentados para oferecer uma nova visão e um novo modelo social e sustentável de União Europeia, num contexto global.

A ideia predominante no documento de trabalho da Comissão considera como objectivo colectivo o da construção dos "mercados" mais do que "as sociedades" e o indivíduo como "consumidor" em lugar de "cidadão". Com esta visão o social é sinónimo de emprego e a inclusão social reduz-se principalmente a um programa de educação e habilitações. Se bem que o acesso ao emprego de qualidade é um factor chave para combater a pobreza e a exclusão social e o desenvolvimento de aptidões e uma educação acessível, uma condição importante para a criação de mercados laborais mais integradores, tal agenda limitada representaria um passo atrás na visão mais ampla na qual se baseia a actual estratégia da União para a Inclusão Social. Esta visão limitada não reconhece que a pobreza e a exclusão social continuem sendo um dos principais desafios que deve enfrentar a União europeia assim como tão pouco reconhece o impacto que tem nas pessoas o facto de viverem em sociedades cada vez mais desiguais, nem o impacto que tem sobre o bem-estar da sociedade como um todo.

Por isso pensamos que a visão e em particular o programa proposto no documento de trabalho da Comissão perdem a oportunidade de situar a União Europeia no caminho para um futuro mais social e sustentável.

É necessário situar a dimensão social no centro da UE2020

Mesmo antes da crise a estratégia de crescimento e emprego não estava tendo êxito ao ponto de conseguir reduzir a pobreza na maioria dos Estados membros. Apesar do compromisso assumido pelos Chefes de Estado para conseguir um forte impacto na redução da pobreza e da exclusão social em 2010, uma percentagem semelhante à do ano 2000 permanece em situação de risco de pobreza e ou exclusão social (16%). O Comité de Protecção Social destacou que apesar do crescimento ter levado a um aumento generalizado dos padrões de vida "frequentemente aumentou as desigualdades, e a pobreza assim como a exclusão social continuam a ser um problema grave".

O Presidente Barroso enfatizou a necessidade de marcar uma serie de progressos para o progresso social, assim como de um enfoque baseado nos "direitos e dignidade humana", defendendo normas ambientais e sociais. O actual documento também destaca que "as novas políticas devem contribuir de maneira visível para a coesão social", e garantir que os "objectivos sociais, económicos e de meio ambiente andem de mãos dadas". No entanto, isto não se desenvolveu em termos de acções concretas. O objectivo principal é a mobilização de novas fontes de crescimento sem destacar como isto vai assegurar a redução da pobreza nem a garantir a coesão social.

Como sublinhou a Comissão de supervisão de Lisboa "não existe nenhum nexo causal entre o crescimento e das condições de vida dos diferentes grupos …donde não se estabelecem mecanismo para melhorar a situação das pessoas que se situam na parte inferior da escala de distribuição de rendimentos". Isto significa a necessidade de novas propostas sobre como deveriam ser redistribuídos os benefícios do crescimento, sobre como as diferenças de rendimento deveriam reduzir-se, como o fim de garantir uma participação mais equitativa nos benefícios, assim como a necessidade de propostas sobre impostos progressivos e o reforço da protecção social e os salários.

Apesar da EAPN estar de acordo que o emprego digno é um instrumento vital para promover sociedades inclusivas é necessário um apoio explícito a partir do enfoque da Inclusão Activa, enfoque esse que surge na Recomendação de Outubro de 2008 e Conselho Europeu de Protecção Social de Dezembro de 2008 (EPSCO).

Se se presta atenção à criação e defesa do emprego devem detalhar-se os passos a seguir sobre como se criarão empregos de qualidade que tirem as pessoas da pobreza, especialmente em novas áreas de necessidade social, reconhecendo o papel chave da economia social, especialmente o trabalho das empresas de inserção social.

O que acontece com aqueles que não podem aceder a um emprego digno ou com incapacidade para trabalhar?

Esta visão deve incluir medidas que promovam a coesão e a inclusão social, que não somente dependam do emprego como ferramenta. As ofertas carecem do apoio necessário para garantir rendimentos suficientes para uma vida digna, a defesa dos serviços e o apoio construtivo ao fortalecimento e à participação. E o mais importante é que se está a perder o marco dos direitos, os quais deveriam dar significado real à Carta dos Direitos Fundamentais que agora têm um novo estatuto como resultado da adopção do Tratado de Lisboa. Este marco dos direitos deveria ser reforçado por uma declaração clara de como a economia deveria servir objectivos sociais e sustentáveis – isto é, a uma sociedade mais justa que aspire a conseguir recursos mínimos suficientes para todas as pessoas, sistemas de protecção social de alto nível, emprego de mais qualidade e garantir o acesso a serviços de interesse geral de qualidade, promovendo a participação activa e o fortalecimento de todos e todas. De igual importância é a ausência de mecanismos detalhados de governança que garantissem a participação dos governos nacionais, regionais e locais, assim como outros agentes sociais nos processos de tomada de decisão, do âmbito nacional ao comunitário. O papel do Método Aberto de Coordenação Social deve ser a chave para alcançar este objectivo.

Principais propostas da REAPN

É necessário:

- Identificar a pobreza, a exclusão social e a crescente desigualdade como um desafio chave para a estratégia da União Europeia 2020: A EAPN concorda que a crise

exacerbou os desafios sociais a longo prazo mas estes devem incluir a erradicação da pobreza e da exclusão social, assim como promover sociedades mais justas, mais equitativas mediante a redução das desigualdades. As soluções devem abordar as causas estruturais da pobreza baseada na desigualdade _ apoiando sistemas mais redistributivos e diminuindo a diferença de salários, assim como apoiando enfoques integrados de Inclusão Activa.

- Estabelecer as prioridades sociais, os objectivos de redução da pobreza e da desigualdade e novos indicadores de progresso: o documento põe em relevo a prioridade de estabelecer uma "economia de mercado social sustentável". Isto não responde às sucessivas conclusões do Conselho de colocar a economia ao serviço da coesão social. Um dos objectivos principais deveria ser a coesão social que reflicta os objectivos do método aberto de coordenação social e o compromisso de erradicar a pobreza e a exclusão social, utilizando a economia como ferramenta. Isto significa estabelecer objectivos claros para reduzir a pobreza, a exclusão social e a desigualdade, incluindo à infância e aos idosos, e implementar o compromisso do parlamento Europeu para eliminar a problemática dos sem tecto para 2015, para além dos objectivos da economia, do emprego e dos objectivos ambientais. Estas prioridades têm que reflectir-se nos novos indicadores das estratégias da União Europeia para medir o êxito - a União Europeia deve ir mais além do PIB como medida principal de progresso e comprometer-se a estabelecer um indicar múltiplo que inclua o risco de pobreza e a desigualdade.

- Promover empregos de qualidade, a Inclusão Activa e a Economia Social para apoiar a inclusão: o documento destaca acertadamente o problema dos postos de trabalho destruídos, com as pessoas fora do sistema e excluídas. Defender o emprego não deve significar por em perigo a segurança e a qualidade do mesmo. Com 8% que já sofre de pobreza no trabalho o objectivo deve ser investir os empregos sustentáveis, de qualidade, com salários dignos que respondam às novas necessidades sociais e ambientais. Não podemos esquecer-nos das pessoas fora do mercado laboral. A União Europeia 2020 deve proporcionar enfoques integrados de inclusão activa que garantam um rendimento mínimo digno, formas de apoio ao emprego de qualidade e acesso a serviços de qualidade, assim como garantir que a flexisegurança e a inclusão activa se desenvolvem como estratégias integradas que dêem prioridade às medidas para reduzir a precariedade e a insegurança. O papel da economia social é chave dentro das novas ferramentas para promover a inclusão através do emprego, em particular na criação de postos de trabalho inclusivos, em novos serviços de interesse geral de qualidade (como por exemplo, a habitação social e a eficiência energética, cuidados da saúde preventiva e cuidado das crianças), e através de empresas de inserção social.

- Capacitar as pessoas para uma sociedade inclusiva deve ser mais que proporcionar habilidades laborais: O programa de desenvolvimento de competências é importante, mas deve chegar a pessoas com salários mais baixos e não centrar-se exclusivamente nas competências profissionais, vinculadas às necessidades de um mercado laboral que se altera. A União Europeia 2020 deveria apostar na educação integral e na formação/aprendizagem permanente assim como numa nova estratégia 2020 que ajude a criar capacidades para a sociedade que queremos alcançar, isto é, apoiar o desenvolvimento das capacidades das pessoas para que estas alcancem o seu máximo potencial em empregos de qualidade, com as suas famílias e na comunidade, e sobre a base de compromissos de solidariedade e justiça social. Construir uma sociedade inclusiva depende também não só do esforço dos indivíduos, mas também dos compromissos da sociedade e do Estado para defender o direito de todas as

pessoas á igualdade no acesso aos recursos e serviços. Uma prioridade chave deve ser a de realizar esforços pró-activos para a aplicação da legislação contra a discriminação e a de garantir a igualdade de acesso a postos de trabalho, recursos e serviços.

- Dar um novo papel à União Europeia que garanta os direitos sociais e das normas sociais: Se a União Europeia 2020 tomar a sério a promoção da coesão social, deveria confirmar o seu compromisso com um enfoque baseado nos direitos. A aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais em todas as áreas políticas deveria ser tida em conta como um elemento transversal em todos os âmbitos e realizar um acompanhamento activo da mesma. O último Eurobarómetro confirmou que 64% dos cidadãos da União quer que a União desempenhe um papel mais importante na defesa dos direitos sociais. A visão da União Europeia deve estar dirigida a cumprir estas expectativas. Apesar da nova Comissão desempenhará um papel fundamental, a promoção dos direitos dependerá da aplicação eficaz da avaliação do impacto social em todos os âmbitos da política, assim como de dotar as novas instrumentos à União Europeia para defender e promover standards sociais de qualidade. Um ponto-chave de partida poderia ser a elaboração de uma directiva marco sobre rendimentos mínimos suficientes como resposta à recomendação 92 do Conselho e a Recomendação da Inclusão Activa de 2008.

- Garantir uma maior vinculação entre as políticas contra a discriminação e as políticas para combater a pobreza e a exclusão social. Existe uma relação calara entre discriminação e pobreza. E cobre todas as formas de discriminação, entre elas que as mulheres sofrem mais a pobreza que os homens. A crise actual colocou ênfase especial na vulnerabilidade sentida pelos migrantes e em particular dos indocumentados. As minorias étnicas encontram-se em pior situação de pobreza que alcança níveis extremos na grande maioria dos membros da comunidade *traveller* e roma.

- Portanto, é necessário reforçar a legislação contra a discriminação. As políticas e acções para combater a pobreza e a exclusão social devem atender as realidades específicas dos grupos que sofrem discriminação, assim como abordar as dimensões de género nas realidades da pobreza e exclusão social.

- Colocar restrições ao sector da banca e à especulação financeira; é necessário defender os serviços públicos e de forma adequada os sistemas de rendimentos mínimos: a crise financeira e económica foi provocada por uma má gestão da banca privada e a desregulação. A eficácia dos sistemas de protecção social da União Europeia foi uma das razões porque o impacto da crise não foi pior. A recuperação do deficit público deve centrar-se em conseguir que a banca e os seus sócios reembolsem as suas dívidas, assim como aumentar os ingressos através da luta contra a evasão fiscal, com o objectivo de salvaguardar os serviços públicos essenciais e os sistemas de protecção social. Uma normativa eficaz que evite futuros riscos similares também é necessária. Apesar das limitações do sector público deve ser dada importância à protecção e ao estabelecimento de sistemas de rendimentos mínimos adequados, capazes de permitir às pessoas viver uma vida digna, assim como o seu reconhecimento como um elemento chave para fazer frente à crise actual e garantir um nível de estabilidade em circunstâncias económicas difíceis.

- Melhorar a governança e a participação – a colaboração com as ONG´s e pessoas na pobreza. O documento de consulta põe em relvo a importância da colaboração na nova

estratégia, fazendo finca-pé no papel dos parlamentos nacionais e europeu, assim como da sociedade civil e os interlocutores sociais. O método aberto de coordenação a nível da União Europeia e num número de Estados Membros constitui uma boa prática no desenvolvimento construtivo do diálogo permanente com as ONG's e as pessoas em situação de pobreza. Este deve construir-se através do intercâmbio de experiências e o desenvolvimento de directrizes comuns, pontos de referência e indicadores para a participação e a governança em todos os campos da formulação política. De facto as ONG's e as pessoas em situação de pobreza somente serão capazes de desempenhar o seu papel tanto na prestação de serviços em processos de governabilidade se receberem um financiamento adequado. Os Fundos Estruturais devem contribuir mais para o objectivo da inclusão social promovido pela Relatório de Fabrizio Barca, especialmente à inclusão activa e a uma orientação maior às pessoas que estão mais afastadas do mercado de trabalho, em vez da manutenção dos postos de trabalho já existentes. Devem tomar-se medidas específicas para eliminar os obstáculos para aceder aos Fundos Estruturais para as ONG's que trabalham no terreno, através da assistência técnica e os sistemas de subvenção global, assim como o apoio a novos programas comunitários como o PROGRESS que facilitam a aprendizagem mutua de experiências em matéria de pobreza a nível de base.

- Estabelecer novos objectivos comuns, com um papel chave para o fortalecimento do Método Aberto de Coordenação social. Necessitamos de uma arquitectura social e sustentável assim como novas directrizes integradas que ofereçam uma nova estratégia coordenada que estabeleça um vínculo directo entre a União Europeia e os parlamentos nacionais. Na nossa opinião os objectivos principais devem ser a coesão social, a erradicação da pobreza e a exclusão e a redução da desigualdade, através de quatro pilares similares: económico, laboral, social (o MAC) e ambiental. A Igualdade Global deve ser um eixo transversal. As novas directrizes integradas devem reflectir estes objectivos gerais, incluindo requisitos específicos de cada capítulo. O método aberto de coordenação social deve vincular-se mais claramente aos Parlamentos nacionais e aos ciclos das políticas nacionais. È também necessária uma maior dedicação à participação estruturada dos actores nacionais através da revitalização dos planos de acção nacionais. Mediante o MAC devem desenrolar-se aprendizagens mútuas mais eficazes, uma boa recompilação de dados e uma análise mais eficaz da formulação de políticas.

Por outro lado, é necessário dar uma resposta social adequada à crise

O debate sobre as respostas a curto prazo à crise é vital, mas não deve condicionar a estratégia europeia a longo prazo. O documento de trabalho da Comissão centra-se em alcançar "uma saída satisfatória para a crise e desenhar a próxima geração de políticas públicas". De facto, não se realizou uma análise completa do impacto social da crise sobre a pobreza. Sem isto, a mudança das medidas de recuperação a estratégias de saída corre o risco de aumentar a pobreza e as desigualdades.

Propostas:

- Manter um debate urgente no Conselho, analisando o impacto social da crise e dos pacotes de recuperação de maneira integral. Isto deveria ser precedido de um debate que incluirá os grupos mais importantes do Conselho (incluindo o EPSCO) e um debate mais amplo dos grupos de interesse, incluindo ONG's e pessoas em situação de pobreza.
- Começar uma acção urgente que reforce os sistemas de protecção social como estabilizadores automáticos e como parte do apoio aos rendimentos mínimos

adequados – em linha com a Recomendação nº 92 do Conselho sobre recursos mínimos e a Recomendação sobre a Inclusão Activa de 2008, como elementos chave para prevenir o aumento da pobreza e contribuir para a recuperação económica.

- Investir em novos empregos sociais e empregos "verdes" para pessoas à margem do mercado laboral e abordar o acesso ao mercado de trabalho através de estratégias de inclusão activa.
- Insistir em que os pobres não devem pagar a crise. Considerar primeiro medidas progressivas para restaurar os deficits através da luta contra a evasão fiscal, impostos progressivos que promovam uma melhor redistribuição e assegurara que a redução de gastos não afecta em primeiro lugar a redução dos serviços públicos, os quais são essenciais para a coesão social.

Para além disso, estabeleceu-se um defeituoso processo de consulta

Consideramos o processo de consulta proposto no documento de trabalho da Comissão como profundamente decepcionante e nos dá pouca segurança sobre o compromisso da União Europeu por uma melhor governança e uma estratégia pós 2010 mais social. O processo de consulta é claramente inadequado para assegurar o significativo compromisso e influencia sobre a proposta final e resultado dos políticos e agentes sociais a nível europeu e nacional**:**

- A publicação a 24 de Novembro para 15 de Janeiro apenas cumpre os requisitos mínimos de consulta.
- Mais importante, a data final proposta para a publicação da Comissão de Comunicação em Fevereiro não permitirá a análise e a tomada de consideração das propostas formuladas sobre os agentes sociais – incluindo ONG´s e sector social.
- A publicação é insuficiente para permitir que o Parlamento Europeu desenvolva uma resposta consistente.
- A nova Comissão não será capaz de fazer aportes significativos.
- Isto representa uma oportunidade perdida para se aliar definitivamente com os agentes sociais nacionais e europeus, imprescindíveis para a construção da nova estratégia.

Propostas:
Atrasar o acordo sobre UE2020 para levar a cabo um novo processo de consulta que inclua as ONG's e as pessoas em situação de pobreza, implicando o debate no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais, assim como mesas redondas de agentes sociais a nível nacional e europeu.